

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS

AS PERCEPÇÕES DAS DISCENTES DO PRIMEIRO ANO DE PEDAGOGIA EM
RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INFANTIL E À OBRIGATORIEDADE DA FREQUÊNCIA A
PARTIR DOS 4 ANOS DE IDADE

JANAÍNA CRISTINA QUEIROZ

DOURADOS - MS

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS

AS PERCEPÇÕES DAS DISCENTES DO PRIMEIRO ANO DE PEDAGOGIA EM
RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INFANTIL E À OBRIGATORIEDADE DA FREQUÊNCIA A
PARTIR DOS 4 ANOS DE IDADE

JANAÍNA CRISTINA QUEIROZ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, como requisito
obrigatório para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia, tendo como
orientadora a Prof^a Dr^a Débora de Barros
Silveira.

DOURADOS - MS

2016

Q44p Queiroz, Janaina Cristina.

As percepções das discentes do primeiro ano de pedagogia em relação à educação infantil e à obrigatoriedade da frequência a partir dos 4 anos de idade / Janaina Cristina Queiroz.

Dourados, MS: UEMS, 2016.

40p.; 30cm

Monografia (Graduação) – Pedagogia – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Débora de Barros Silveira.

1. Educação infantil 2. Obrigatoriedade 3. Concepções. I. Título.

CDD 23.ed. 372.054

FICHA DE APROVAÇÃO

JANAÍNA CRISTINA QUEIROZ

AS PERCEPÇÕES DAS DISCENTES DO PRIMEIRO ANO DE PEDAGOGIA EM
RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INFANTIL E À OBRIGATORIEDADE DA FREQUÊNCIA A
PARTIR DOS 4 ANOS DE IDADE.

Este trabalho de conclusão de curso – TCC do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi avaliado e aprovado, como requisito obrigatório para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Prof.^a Dr.^a Débora de Barros Silveira – UEMS
Orientadora – Presidente da Banca

Prof.^a Ma. Andreina de Melo Louveira
Membro da Banca

Prof.^a Ma. Maria Eduarda Ferro
Membro da Banca

Dourados - MS, 30 de novembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente a Deus, amigo fiel, por mais essa vitória conquistada, sem Ele nada disso seria possível.

Aos meus pais, Adelmo e Paula, pelo amor demonstrado, pelo incentivo e motivação. Mãe, seu cuidado e dedicação foram o que me deu, em alguns momentos, a esperança para seguir.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Débora de Barros Silveira, por ter sido companheira na orientação dessa pesquisa. Agradeço a dedicação, a paciência e o incentivo que muito me ajudaram a continuar.

Aos meus irmãos Lucas, Isabelly, João Vitor, Luiz Felipe e minhas avós, Josefa e Onides, e a toda minha família que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao meu namorado Douglas, obrigada pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre.

Aos colegas da sala de aula, pelo respeito e carinho. Em especial, às minhas amigas da turma Gleice, Jessica, Keila, Kely e Naiara, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas.

Aos discentes do primeiro ano do curso de Pedagogia, turma 2016, por aceitarem participar deste estudo e pelos conhecimentos compartilhados.

Agradeço também aos meus professores que durante muito tempo me ensinaram e demonstraram os desafios de ser professor, mas que com certeza vale muito a pena exercer a docência.

Agradeço também às professoras Maria Eduarda Ferro e Andréina de Melo Louveira por terem aceitado participar da avaliação desse estudo e pelas contribuições.

Por fim, agradeço a todos pelo incentivo.

Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que adulto balança
Ele vem me dar a mão.

Milton Nascimento.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar as concepções que as discentes do primeiro ano do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMS, de Dourados – MS, expressaram sobre a Educação Infantil e a respeito da obrigatoriedade de frequência a partir dos 4 anos de idade nesta etapa da educação. A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa e o instrumento escolhido para a coleta de dados foi um questionário, no qual, além de algumas questões, havia um segmento em que foi solicitado que escrevessem três palavras-chaves que se recordassem ao pensar na expressão “Educação Infantil”. A coleta de dados foi realizada no início do ano de 2016, na primeira aula da disciplina Corpo, Movimento e Educação. Participaram da pesquisa 26 pessoas, sendo 25 mulheres e um homem. A partir das análises identificamos que grande parte das estudantes concebe a Educação Infantil como um espaço que estimula as aprendizagens das crianças e uma instituição educacional que prepara para outras etapas educativas. Verificou-se também uma ambivalência referente à obrigatoriedade de matrícula aos 4 anos de idade nestas instituições, pois, de um lado, as estudantes demonstraram acreditar nas potencialidades que estes ambientes educativos oferecem para as aprendizagens e o desenvolvimento infantil e, por outro, ficou evidente que algumas colaboradoras acreditam que os adultos, os familiares, são quem deveriam decidir se a criança deve ou não ser matriculada na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Infantil. Obrigatoriedade. Concepções. Formação de professores.

ABSTRACT

The present study has as objective to identify the conceptions that the first year students of the Pedagogy Course of UEMS Dourados – MS, expressed about Childhood Education and the frequency requirement from the age of 4 years old. The methodological approach used was the qualitative one and the instrument chosen to data collection was a questionnaire, in which one of the questions asked them to write three keywords that came to the thought when they heard about Childhood Education. The data collection was realized at the begin of 2016 in the first class of the discipline of Body, Movement and Education. Twenty-five women and one man participated in the study, and all those present on the day of data collection agreed to participate in the study. Based on the analysis we identify that mostly students think about Childhood Education as a space that stimulates the learning of children and an Educational Institution that prepares children to the next level educational. There was also an ambivalence about the requirement of registration of children in the school with 4 years old. On the one hand, the students believe in the potentialities that this kind of institutions can offer to learning and child development, on the other hand, it became clear that some students believe that adults, parents and family should decide if children can be registered on school or not.

Keywords: Childhood education. Requirement. Conceptions. Teachers formation.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	01
2	Alguns apontamentos sobre Educação Infantil	04
3	A Educação Infantil e a Emenda Constitucional nº 59/2009.	09
4	As concepções de discentes de pedagogia sobre a Educação Infantil e a obrigatoriedade de matrícula aos 4 anos de idade	15
4.1	O que responderam as colaboradoras sobre Educação Infantil	17
4.2	Sobre a obrigatoriedade de matrícula aos quatro anos de idade	25
5	Considerações Finais.....	30
6	Referências Bibliográficas	32
7	Apêndice A.....	34

LISTAS

Gráfico 1: Evocações das colaboradoras sobre Educação Infantil.....	17
---	----

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo identificar as concepções de discentes que ingressaram no primeiro ano do curso de Pedagogia, no ano de 2016, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, em Dourados – MS sobre educação infantil e sobre a obrigatoriedade do ingresso obrigatório de crianças a partir dos quatro anos de idade nesse segmento educativo.

As razões pelas quais optamos por investigar as concepções das estudantes¹ calouras de Pedagogia sobre a obrigatoriedade de frequência à Educação Infantil se deram pelo conhecimento da Emenda Constitucional nº 59/2009, que institui que todas as crianças de 04 anos deverão estar matriculadas nesta modalidade de educação, na pré-escola, até o ano de 2016. A determinação dessa Emenda em relação à Educação Infantil coincidia com o ingresso das mesmas em um curso que prepara profissionais para atuar nesse segmento educacional. Fomos instigadas a verificar o que as futuras profissionais pensam sobre a entrada de crianças com esta idade na primeira etapa da Educação Básica.

Outro aspecto do estudo foi identificar as suas concepções sobre Educação Infantil. Obter conhecimentos sobre quais crenças, ideias e perspectivas as estudantes possuem sobre a Educação Infantil, serve de base para identificar concepções que futuramente poderão influenciar as práticas pedagógicas adotadas por estas pedagogas. Considerando que estão na formação inicial, os dados poderão ser úteis para fomentar reflexões sobre como promover estudos e discussões que possam desconstruir alguns saberes, crenças e/ou certezas que não estejam em consonância com as especificidades da educação de crianças, construindo concepções e conceitos que respeitem os direitos e as peculiaridades das crianças de 0 a 05 anos (idade que engloba a Educação Infantil) ou solidificando concepções apropriadas para promoção de uma educação de qualidade.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa foi de natureza qualitativa. Minayo (1992), *apud* Campos (2004), relata que a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e o objeto de

¹ Geralmente, no curso de Pedagogia há um grande número de mulheres. Em 2016, esta característica novamente se confirmou, pois, a maioria das pessoas matriculadas no primeiro ano são mulheres. Assim, optamos por utilizar a expressão as discentes ou as estudantes nesse texto.

estudo, permitindo aprofundar no mundo dos significados, das ações e relações humanas. Ainda adotamos a técnica de análise de conteúdo que, segundo Campos (2004), nos permite utilizar procedimentos sistemáticos que visem o estudo do conteúdo das mensagens escritas, tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entre linhas, quanto dos manifestos.

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi o questionário que buscou recolher concepções e informações relativas ao objeto de estudo. Nele, além de algumas perguntas, foi solicitado que as estudantes escrevessem três palavras-chaves que viessem à sua mente, ao se pensar na expressão “Educação Infantil”. A coleta de dados para a pesquisa foi realizada no início do ano de 2016, na primeira aula da disciplina Corpo, movimento e educação. Optamos por realizar a coleta bem no início do ano, em 24 de fevereiro de 2016, para que as estudantes não tivessem suas respostas influenciadas pelas aulas ministradas no curso de formação inicial, que englobariam também algumas discussões sobre a Educação Infantil. Assim, teríamos respostas com base nas vivências das estudantes. No dia da coleta de dados estavam presentes 26 pessoas, sendo 25 mulheres e um homem e todos os presentes participaram voluntariamente do estudo².

Desta forma, este texto surge a partir da análise desses dados. Identificar as concepções das discentes sobre Educação Infantil possibilita refletir também sobre as perspectivas que as futuras pedagogas têm acerca de seu papel nesse segmento educacional. Por outro lado, os resultados poderão contribuir para uma futura reflexão sobre as concepções iniciais das estudantes e os saberes adquiridos durante a sua formação no curso de pedagogia. Ressaltamos, ainda, que não existe uma concepção única de Educação Infantil de qualidade, mas, sim, possibilidades que visem respeitar as crianças como sujeitos de direitos e a singularidade da infância no âmbito educacional.

Com vistas a apresentar as principais reflexões realizadas a partir desse estudo, o presente trabalho foi organizado da seguinte maneira: no primeiro momento, apresentamos alguns apontamentos sobre Educação Infantil, seguido por considerações referentes a Emenda Constitucional 59/2009 e sua relação com este segmento educativo. Na sequência, a discussão dos dados coletados está organizada em alguns itens que contêm reflexões sobre como as discentes

² No dia da coleta de dados, as participantes foram esclarecidas sobre os objetivos do estudo e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

concebem Educação Infantil e se elas concordam com a obrigatoriedade de matrícula aos 4 anos de idade. Por fim, são apresentadas algumas considerações acerca do exercício desta pesquisa.

2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, a Educação Infantil enfrentou inúmeros desafios para chegar ao reconhecimento de primeira etapa da Educação Básica. Funções assistencialistas, compensatórias, preparatórias já foram tidas como seu principal objetivo e causam até hoje algumas confusões acerca de sua finalidade. Atualmente, as legislações educacionais contêm textos que consideram a Educação Infantil como uma etapa educacional importante para o desenvolvimento e para as aprendizagens das crianças e estabelecem que esta etapa tem como objetivo a formação integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 1996).

No Brasil, as primeiras instituições de Educação Infantil surgiram a partir do final do século XIX e começo do século XX com a inserção de muitas mulheres no mercado de trabalho. Essas circunstâncias alteraram significativamente a forma da família cuidar e educar seus filhos, pois, além de dona de casa, a mulher trabalhadora teve que encontrar espaços que ‘cuidassem’ de seus filhos no período que estava trabalhando. Pascoal e Machado (2009) relatam que:

Diferentemente dos países europeus, no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas (PASCOAL e MACHADO, 2009, p. 05).

Segundo Kuhlmann Jr. (1998), a concepção assistencialista tem características de prestar assistência às classes desfavorecidas. Sua proposta era combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças, com um atendimento de baixo custo, tendo como a sua principal função cuidar, higienizar e alimentar as crianças para o desenvolvimento de uma sociedade sadia.

Ainda, de acordo com Kuhlmann Jr (1998), inicialmente as instituições de Educação Infantil ou instituições pré-escolares (como eram denominadas no período) estavam ligadas ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância e, as primeiras propostas no Brasil ocorreram no ano de 1899.

No ano de 1899, ocorreram dois fatos que permitem considerá-lo como marco inicial do período analisado. Em primeiro lugar, fundou-se o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, instituição pioneira, de grande influência, que posteriormente abriu filiais por todo o país. Em segundo lugar, foi o ano de inauguração da creche da Companhia de

Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), a primeira creche brasileira para filhos operários de que se tem registro (KUHLMANN Jr. 1998, p. 82).

Desde o início, já havia uma diferença entre atendimento para crianças filhas de trabalhadores e, alguns anos depois, para crianças de famílias de alto poder aquisitivo. As instituições destinadas à burguesia propagavam-se dizendo ter uma pedagogia frobeliana,³ os famosos ‘Kindergarten’ (do inglês: “jardim de infância” – tradução nossa), utilizando este discurso como uma estratégia mercadológica. Já as creches voltadas para o proletariado eram vistas como essenciais para a família pobre, pois, segundo intelectuais da época, as famílias carentes não tinham condições de criar seus filhos, e como já mencionado, tais instituições tinham um cunho assistencial (KUHLMANN Jr., 1998).

Para Kuhlmann Jr. (2000), esse tipo de educação assistencialista promovia na verdade uma pedagogia da submissão, em que o objetivo era disciplinar as crianças filhas de trabalhadores pobres para a exploração social, e ainda, apaziguar os conflitos das populações menos favorecidas contra as elites, afinal, seus filhos estavam recebendo algum tipo de educação, vista como um favor.

Na década de 1930, ecos do movimento da Escola Nova⁴ advindos da Europa chegam ao Brasil provocando debates acerca de como ensinar as crianças e em defesa de uma educação pública, laica e gratuita. Segundo Kramer (2006), a Escola Nova promoveu uma inversão de valores, em que além de criticar a Escola Tradicional, dava ênfase ao respeito às peculiaridades de cada fase psíquica da criança e valorizava a ‘evolução natural’ da criança, ressaltando que elas deviam ser estimuladas por meio de jogos e brincadeiras.

Com o aumento da inserção das crianças em escolas públicas, a partir dos anos de 1950, estudos começaram a revelar que uma grande parte da população brasileira não conseguia aprender, demonstrando as falhas da educação frente ao seu papel. A preocupação com o fracasso escolar gerou novas medidas

³ O alemão Friedrich Froebel (1782-1852) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase importante e decisiva na formação das pessoas. Fundador dos “jardins de infância” acreditava que as instituições de educação infantil não deveriam fazer apenas um trabalho assistencial, mas de cunho educacional também, acreditando que a criança é como uma planta que necessitava de cuidados específicos para que cresça de maneira saudável.

⁴ Escola nova foi um movimento de educadores europeus e norte-americanos, organizado no final do século XIX, que propunha uma nova compreensão das necessidades da infância e questionava a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional. Seus fundamentos estavam ligados aos avanços científicos, da biologia e da psicologia. Esse movimento teve repercussões em vários países, incluindo o Brasil.

para sanar os problemas, então, as pré-escolas começaram a assumir um caráter compensatório e preparatório.

Em meados de 1970, com influências da Europa, chega ao Brasil a teoria da privação cultural, que tinha o propósito de uma educação compensatória. Segundo Pascoal e Machado (2009), esse tipo de educação previa compensar as deficiências das crianças pobres, de sua miséria por acreditar que estas seriam as causas do fracasso escolar, portanto, as escolas assumiram o papel de suprir as deficiências culturais das crianças para que fossem capazes de se desenvolver em suas aprendizagens.

Sobre as ideias de privação cultural e de influência da linguagem no rendimento escolar das crianças, Kramer (2003) critica estas concepções e relata que:

[...] O quinto conjunto de fatores determinante para a expansão da educação pré-escolar refere-se ao desempenho escolar insuficiente das crianças chamadas “privadas” tanto educacional quanto culturalmente. Essas crianças, provenientes de grupos minoritários da população, teriam sofrido grandes desvantagens em termos da falta de estimulação no seu ambiente familiar e da pobreza de linguagem de seus pais - principalmente de sua mãe. Ao chegar à escola elementar, essas crianças fracassariam por não terem vivido diversas experiências, anteriores à escolarização, fundamentais para o êxito no desempenho escolar (KRAMER, 2003, p. 28).

Assim, o atendimento pré-escolar passou a ser apontado como solução para os problemas da escola elementar. Segundo Corsino e Nunes (2009), embora a Educação Infantil tenha sido criada dissociada da escolarização, adotou-se e, em alguns casos, e ainda se adota, a concepção de preparar as crianças para vida escolar, visto que a Educação Infantil possibilitaria o sucesso escolar dos alunos. O objetivo primordial desta concepção era preparar as crianças, principalmente da pré-escola, com atividades de desenvolvimento motor e sensorial.

Nos anos de 1980, a Educação Infantil começou a receber uma atenção especial do poder público, uma vez que houve a preocupação de que as instituições para esta faixa etária fossem reconhecidas como ‘instituições educativas’ e que visassem o desenvolvimento das crianças. Essa perspectiva cresceu em meio à sociedade e à pressão de movimentos feministas e de outros movimentos sociais, o que fez com que o nosso país finalmente reconhecesse a Educação Infantil como um direito da criança, da família e dever do Estado. Pascoal e Machado (2009) relataram:

Verifica-se que, até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido (PASCOAL e MACHADO, 2009, p. 85).

A Constituição Federal de 1988 foi então o grande marco legal que determinou que Educação Infantil passasse a ser direito das crianças e a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9394 de 1996) a consagrou como primeira etapa da Educação Básica e a integrou aos sistemas de ensino. Outros documentos e legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (lei nº 8069 de 1990) também ajudaram na busca de sua regularidade e no reconhecimento como etapa educacional importante para o desenvolvimento humano. O ECA, em seu artigo 54º, impõe que o Estado tem o dever de ofertar o atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos de idade. Já a LDB define que:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p.31).

Mas quando falamos em Educação Infantil nos últimos anos, é imprescindível citarmos a produção do documento denominado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a de 1999 e a de 2009, que são marcos que também contribuíram para a expansão e a valorização da Educação Infantil. Esses documentos contribuíram e contribuem para a implementação de práticas pedagógicas de qualidade.

A partir dessas normativas e outros documentos a Educação Infantil passa por avanços significativos e houve muitas conquistas em termos de legislações. A busca por uma qualidade nesta etapa educacional tem trazido intensos debates acerca de suas funções de cuidar e educar e, principalmente, na luta por ações que visem sua universalização em todo o território brasileiro. No próximo subitem, serão explorados alguns aspectos da Emenda Constitucional nº

59/2009 que institui a obrigatoriedade de matrícula a partir dos 4 anos de idade na Educação Infantil, contribuindo fortemente para o aumento do número de crianças frequentando esta etapa educacional, na direção de que o direito da criança a educação seja respeitado.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59/2009.

O atendimento às crianças que possuem idade correspondente ao que atualmente denominamos de Educação Infantil (0 a 5 anos) tem mais de um século de história em nosso país. Nos últimos 30 anos, esta etapa educacional tem recebido uma atenção especial das políticas públicas educacionais e houve a publicação de uma gama de documentos oficiais, legislações e diretrizes com o objetivo de promover um atendimento de qualidade às crianças desta faixa etária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/1996, além de reconhecer em seu artigo 29º que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e que tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças, estabelece que as instituições irão complementar a ação da família e da comunidade, as quais também são incumbidas da educação e cuidado das crianças.

Atos normativos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5 de dezembro de 2009) caracterizam a Educação Infantil e os ambientes educativos que atendem as crianças da faixa etária correspondente a este segmento como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009, p. 14).

Estes marcos legais foram considerados importantes para este segmento educacional, mas, mesmo com os avanços a partir destas legislações a Educação Infantil, ainda permanecia como não obrigatória. Ingressar nestes ambientes era opcional, um desejo dos pais que optavam ou não por matricular seus filhos. Mais ainda, por não ser uma etapa obrigatória, na maioria das localidades do país, as famílias, muitas vezes, optavam por matricular seus filhos, mas não encontravam vagas.

A busca pela universalização da Educação Infantil em todo o país, uma vez que dados apontavam para defasagem de matrículas nessa etapa educacional, fez com que movimentos sociais reivindicassem por soluções que visassem a inserção das crianças nestes espaços. A aprovação da Emenda Constitucional nº

59/2009 foi considerada como um marco importante para que se alcançasse um número maior de crianças nestes ambientes, pois ela alterou o artigo 208, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que passou a estabelecer que “Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade” (BRASIL, 2009, p. 2).

A referida normativa institui a educação obrigatória dos 04 aos 17 anos de idade, ou seja, torna obrigatória a matrícula e a frequência ao último segmento da Educação Infantil, a pré-escola, afirmando que as crianças de 04 anos terão que ingressar nestes ambientes educativos, que atenderão de forma gratuita.

Vale ressaltar que não adianta apenas matricular as crianças, ainda é necessário pensar em mecanismos que garantam a permanência destas crianças nestes espaços e um atendimento de qualidade para que possa contribuir de fato para o desenvolvimento delas. Em alguns municípios, a oferta de vagas está sendo condicionada a alguns aspectos como, por exemplo, a exigência que pais estejam trabalhando para ter acesso a vaga, que a criança esteja com carteira de vacinação em dia, entre outros. Tais exigências são absolutamente descabidas, uma vez que todas as crianças têm o direito a educação, não podendo seu acesso ser negado.

O Plano Nacional de Educação sancionado em junho de 2014 com a Lei 13.005 pela presidente Dilma Rousseff, definiu ainda que o inciso I, do art. 28 da Constituição Federal, que este corte etário deve ser implementado até o ano de 2016, ou seja, todas as crianças a partir dos 04 anos de idade deverão ter vagas, estar matriculadas e frequentar a Educação Infantil até esta data.

A lei nº 11.700, de 2008, acrescentou um inciso ao art. 05 da LDB, especificando o dever do Estado em garantir “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 04 anos de idade” (BRASIL, 2008).

A pré-escola é a última fase da Educação Infantil e, nesta etapa educacional, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), as crianças entram em contato com os conhecimentos pertencentes ao patrimônio cultural, científico, artístico, ambiental e tecnológico, nos quais há conceitos que abrangem a leitura, a escrita, a matemática, a arte, as ciências, a cultura, entre outros, mas necessita ser oferecida por meio de atividades que propiciem desafios e descobertas aos pequenos. O planejamento de práticas pedagógicas deve considerar que as crianças precisam articular suas experiências e saberes com os conhecimentos e isso deve ser realizado tendo como eixo as

interações, as diversas linguagens e o brincar. O mesmo documento pontua que as propostas pedagógicas devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: favorecendo a autonomia, solidariedade, respeito ao meio ambiente e diferentes culturas;

Político: garantindo os direitos de cidadania, exercício de criticidade e respeito à ordem democrática;

Estéticos: promovendo a sensibilidade, criatividade, ludicidade e liberdade de expressão (BRASIL, 2010, p. 16)

Corsino, Kramer e Nunes (2011) ressaltam que a obrigatoriedade de matrícula das crianças de 04 e 05 anos na Educação Infantil pode levar a compreensão de que pré-escolas têm o papel de preparo para o ensino futuro, resultando em práticas que visem a educação como instrução, com atividades mecânicas e de memorização. Esta concepção de “preparar” desfigura a função da Educação Infantil estabelecida nas normativas e legislações, impede que docentes adotem propostas educativas comprometidas com a criança e sua cultura e, que propicie por meio de situações desafiadoras o desenvolvimento integral dos pequenos.

Os objetivos para a Educação Infantil devem estar associados a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e concebem a aprendizagem por meio de situações de socialização, interações e situações de aprendizagens orientadas por meio de atividades diversificadas nas quais a criança possa construir sua identidade, autonomia, descobrir suas capacidades e habilidades e auxiliar na construção do seu conhecimento de mundo. (BRASIL, 1998). Campos (2010) destaca a necessidade de que as instituições educacionais e as práticas educativas sejam adaptadas para oferecer experiências desafiadoras e aprendizagens adequadas às crianças de cada idade.

Mesmo existindo a clareza para pesquisadoras e pesquisadores que a Educação Infantil é importante para as crianças, que proporciona aprendizagens e desenvolvimento, que elas são cidadãs, que são competentes, capazes e não são apenas os futuros alunos ou adultos, há sempre muitas “lutas” na tentativa de garantir o destino de verbas públicas para esta etapa educativa ou embates políticos para preservar as conquistas referentes à Educação Infantil como direito, para garantir atendimento público e não domiciliar, para verbas para programas de formação de professores, entre outras. Assim, há pesquisas que tentam demonstrar

os benefícios que esta etapa pode trazer para as aprendizagens escolares futuras das crianças, no sentido de convencer a classe política para que votem a favor de mais recursos para a educação (CAMPOS, et al, 2011).

Há estudos que tem demonstrado que os primeiros anos de vida são cruciais para o seu desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social. Choi (2004), citado por Corsino e Nunes (2009), apresentam uma pesquisa que revelou que a Educação Infantil traz benefícios significativos para a vida da criança, são eles:

Benefícios pessoais - pela garantia dos direitos das crianças, pela possibilidade de ampliação das suas relações com o mundo físico, natural e social, pela troca de conhecimentos, pela socialização e pelo atendimento às suas necessidades, no seu aqui e agora, etc.;

Benefícios educacionais - pelo impacto positivo na escolaridade, tanto na transição para outros níveis quanto no desempenho (diminuição de repetência escolar) e na continuidade;

Benefícios econômicos - pela possibilidade de inserção das mães no mercado de trabalho e aumento da renda família no momento presente e, numa perspectiva de futuro, um maior tempo de permanência na escola, que traz uma melhor qualificação e possibilidade de emprego e renda;

Benefícios sociais - pela redução da probabilidade de crime e delinquência e pela equidade entre os gêneros, tirando a menina dos afazeres domésticos. (CORSINO e NUNES, 2009 p. 26-27)

A partir das considerações apresentadas percebe-se que as experiências e a diversidade de aprendizagens que estes espaços oferecem potencializa o desenvolvimento infantil e, é notório que hoje creches e pré-escola se configuram como uma rede social importante para a família. Além disso, estar presente nestes ambientes torna a criança um ser que tem sua identidade própria, que precisa ter suas especificidades e necessidades respeitadas, além do que, faz com seja concretizado o direito da criança à educação. De acordo com Corsino e Nunes (2009), a Educação Infantil desempenha papel importantíssimo no processo de socialização das crianças, se tornando um lugar no qual partilham experiências, situações, costumes, regras de convivências, transformando-se em um espaço de ampliação e construção de culturas e identidades.

Alguns estudos (CORSINO, KRAMER, NUNES 2011; LIMA e LIMA, 2015; NEVES, GOUVÊA e CASTANHEIRA, 2011; VIEIRA, 2011) têm revelado os desafios da implementação da Emenda Constitucional 59/2009, pois apesar de contribuir para a universalização do acesso à Educação Infantil, duas questões precisam ser

analisadas: evitar a cisão entre a creche e a pré-escola para que ambas sejam contempladas e consideradas como partes da Educação Infantil sem sobressair uma sobre a outra e encontrar caminhos adequados para a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, sem antecipação de conteúdos e com um processo de continuidade nas práticas pedagógicas.

Lima e Lima (2015) analisaram os efeitos da Emenda Constitucional 59/2009 nos municípios piauienses em relação às políticas de atendimento na Educação Infantil. As autoras observaram que, apesar da referida emenda ter trazido avanços na Educação Infantil, também tem direcionado para uma priorização da pré-escola em detrimento da creche, na medida em que a pré-escola alcança o patamar prioritário, ressaltando sua importância educacional, enquanto que a creche, não obrigatória, perde relevância reduzindo a oferta de vagas para esta fase. A pesquisa das autoras também deixou nítido que o Estado não vem cumprindo o seu dever de garantir o direito à Educação Infantil, privando crianças de acesso a esta etapa educativa, já que não há vagas suficientes para atendimento da demanda. Concordamos com as concepções das autoras de que a obrigatoriedade de matrícula não deve implicar na valorização da pré-escola em detrimento da creche, mas sim de contribuir na luta para a universalização da Educação Infantil em todos os seus segmentos.

Neves, Gouvêa e Castanheira (2011) também destacaram em suas pesquisas a importância da integração de um currículo contínuo entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, para que esta transição seja realizada com experiências significativas para o desenvolvimento das crianças. As pesquisadoras observaram o processo de transição de um determinado grupo de criança, que passaram de uma instituição de Educação Infantil para uma de Ensino Fundamental e elas concluíram que existe falta de diálogo entre as instituições que se encontram nos dois primeiros níveis da Educação Básica. Relatam que enquanto na Educação Infantil o brincar teve centralidade na organização das rotinas pedagógicas, no Ensino Fundamental o brincar ficou em segundo plano e as práticas educativas se voltaram para a apropriação da língua escrita com atividades de repetição e mecânicas. As autoras destacaram que essas duas etapas de educação deveriam se relacionar, articular práticas educativas voltadas ao brincar, para que o processo de transição não cause efeitos negativos na vida das crianças e para que se constitua em um processo e não em ruptura e reinício.

De acordo com Campos (2010) outra questão que precisa ser ressaltada é a ausência de qualidade no atendimento nesta etapa da educação, pois falta financiamento e investimento, gestão pedagógica qualificada, formação continuada para professores, infraestrutura em creches e pré-escola, enfim questões que ainda são deixadas de lado no momento de se discutir sobre a educação de crianças pequenas. A autora pontua que:

O direito à educação inclui também a exigência de qualidade e o respeito às necessidades da criança em cada fase do seu desenvolvimento: o direito à brincadeira, à atenção individual, ao aconchego e ao afeto, ao desenvolvimento da sociabilidade, assim como o direito à aprendizagem e ao conhecimento. Em cada faixa etária, as condições necessárias que devem estar presentes na creche, na pré-escola e na escola são diversas: a proporção adulto/criança, a arrumação dos ambientes, as necessidades de proteção, de cuidados com o corpo, de alimentação, os materiais pedagógicos e de arte, os brinquedos. Não se garante, portanto, o direito à educação para crianças de 04 anos em diante apenas colocando-as em uma sala com uma professora e um quadro-negro, reproduzindo o mesmo modelo de uma escola tradicional, já superada até para os alunos mais velhos (CAMPOS, 2010 p. 13-14).

Nesse sentido, a busca pela qualidade desta etapa da educação também necessita ser estimulada a fim de que o atendimento às crianças de 0 a 05 anos contribua para o processo de letramento, para a ampliação de seus conhecimentos e vise o desenvolvimento integral delas. A democratização da Educação Infantil e a obrigatoriedade de matrícula aos 04 anos exige que sejam repensadas as concepções e as práticas pedagógicas de maneira que correspondam às novas relações estabelecidas entre infância e educação. Buscar mudanças na organização, na gestão das redes municipais que ofertam esta etapa educativa, bem como seguir parâmetros de qualidade como instituições com infraestrutura adequada, profissionais com formação de qualidade no ensino superior, políticas educacionais que respeitem as especificidades da educação das crianças de 0 a 5 anos também são processos necessários.

Na tentativa de contribuir com a reflexão sobre a formação inicial de professores, no próximo tópico apresentamos as concepções das estudantes do primeiro ano do curso de pedagogia acerca da Educação Infantil e sobre a obrigatoriedade de matrícula das crianças aos 04 anos de idade.

4 AS CONCEPÇÕES DE DISCENTES DE PEDAGOGIA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E A OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA AOS 4 ANOS DE IDADE

Para investigar algumas concepções das estudantes de pedagogia sobre Educação Infantil e a obrigatoriedade de frequência às instituições de educação coletiva pertencentes a este segmento a partir dos 04 anos de idade, organizamos a coleta de dados por meio de um questionário impresso⁵, que foi preenchido pelas colaboradoras.

Na primeira parte do questionário, organizamos alguns itens que tinham o objetivo de nos auxiliar a identificar aspectos referentes ao perfil das estudantes que ingressaram no curso de Pedagogia no ano de 2016. Desta maneira, obtivemos as seguintes informações: as 26 pessoas colaboradoras da pesquisa tinham idade entre 17 e 46 anos de idade no início do ano letivo. Entre as colaboradoras, 11 pessoas assinalaram que possuem filhos e 15 assinalaram no questionário que não. As colaboradoras que responderam afirmativamente citaram o número de filhos entre um a quatro e esta variação se amplia muito mais no que se refere à idade de seus filhos, se estendendo de 03 a 26 anos de idade.

Outro questionamento buscou identificar se alguma participante já possuía um curso de graduação anterior ao de Pedagogia. Dentre as 26 pessoas, somente uma pessoa disse ter graduação em nível superior, mais especificamente, na área de Ciências Sociais.

Outro ponto analisado foi se as colaboradoras já haviam frequentado a Educação Infantil, com qual idade foram matriculadas e, por quanto tempo frequentaram esses espaços educativos. Constatamos pelas respostas que 17 pessoas frequentaram a Educação Infantil e, a maioria registrou que frequentou este segmento até o ano de ingresso no Ensino Fundamental. Das 17 pessoas, apenas duas não mencionaram a idade que tinham em sua primeira matrícula na Educação Infantil. Na tabela abaixo apresentamos um panorama das respostas.

Número de pessoas	Idade da primeira matrícula
4	6
5	5
1	4
1	3

⁵ No apêndice A apresentamos o questionário utilizado na coleta de dados.

2	2
1	1
1	6 meses
2	Não se lembram

Pelos dados da tabela é possível identificar que a maioria das colaboradoras do estudo começaram a frequentar as instituições com a idade de 05 ou 06 anos, no que corresponderia à pré-escola, pois 04 pessoas foram matriculadas na Educação Infantil somente com 06 anos de idade e, portanto, frequentaram este segmento por apenas 01 ano e 05 pessoas registraram no questionário que foram matriculadas com 05 anos de idade e permaneceram 01 ou 02 anos, dependendo de sua idade de ingresso no Ensino Fundamental.

Identificamos também que 21 pessoas cursaram o Ensino Fundamental na rede pública, 04 em rede privada e apenas 01 delas cursou parte na rede pública e parte na privada. Na modalidade 'ensino médio', 21 pessoas cursaram-no em escolas públicas, 02 em escolas privadas, 01 de forma mista, sendo que 02 delas não declararam nada neste item.

Ainda para traçar o perfil das colaboradoras, foi questionado se já haviam atuado na área da educação e, em caso positivo, quais funções desempenharam e por quanto tempo. Entre as respostas, cinco pessoas declararam que já atuaram ou atuam na área da educação, em funções diversas: uma pessoa foi como auxiliar de pessoas com necessidades especiais; duas já atuaram como estagiárias (estágio não obrigatório e remunerado), uma atuava como professora na Educação Infantil em uma turma de pré-escola há 01 ano no momento da entrevista e declarou também ser professora de Patrimônio cultural, na rede pública municipal, e outra pessoa ocupa o cargo de merendeira de uma instituição educacional há 12 anos.

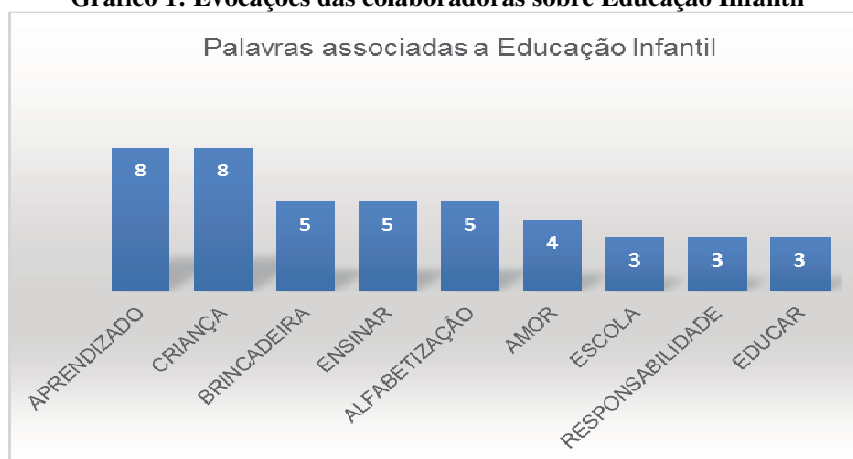
Nessa primeira parte do questionário também solicitamos que as estudantes escolhessem nomes fictícios pelos quais elas gostariam de ser nomeadas nesse estudo nos casos em que utilizaríamos fragmentos dos textos escritos por elas. Desta maneira, ressaltamos que todos os nomes citados no próximo item, são fictícios. Decidimos não usar seus nomes reais, mas os fictícios, na tentativa de preservar a autoria de seus textos, possibilitar que as estudantes possam ler as análises feitas a partir de suas concepções e, ao mesmo tempo, garantir o anonimato, importante para um relatório de pesquisa.

4.1 O QUE RESPONDERAM AS COLABORADORAS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Logo no início do questionário, após os itens que nos ajudaram a delinear o perfil das participantes, pedimos que escrevessem as três primeiras palavras que se recordassem ao pensar na expressão Educação Infantil a fim de que se pudesse identificar aspectos de suas concepções pessoais sobre este segmento educativo e verificar se as ideias expressas se aproximam da concepção contida nas legislações e normativas que definem a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Para iniciarmos a análise desses dados fizemos um levantamento de quantas palavras foram citadas e quais foram as que mais se repetiram nas associações das discentes. No total as estudantes citaram 69 palavras⁶.

Em relação às palavras que mais se repetiram, temos em primeiro lugar as palavras “aprendizado” e “criança” citadas oito vezes. Em seguida as expressões “brincadeira”, “ensinar”, “alfabetização” mencionadas cinco vezes pelas colaboradoras. “Amor” aparece quatro vezes. Em sétimo lugar, as palavras “escola”, “responsabilidade” e “educar”, todas mencionadas três vezes nas respostas das discentes. Para facilitar a visualização dessas ocorrências apresentamos a seguir os dados por meio de um gráfico:

Gráfico 1: Evocações das colaboradoras sobre Educação Infantil



Fonte: Dados coletados por meio do questionário

Em uma primeira aproximação das palavras mais citadas, é possível inferir que Educação Infantil para muitas delas está fortemente vinculada à

⁶ São elas: criança (8); aprendizado (8); brincadeira (5); alfabetização (5); ensinar (4); amor (4); responsabilidade (4); escola (3); educar (3) dedicação (2); pais (2); cuidado (1); carinho (1); respeito (1); início da vida (1); meleca (1); choro (1); fralda suja (1), diversão (1); formação (1); comprometimento (1); compreensão (1); influenciar (1); conhecimento (1); ler (1); trabalho (1); informação (1); desafio (1); força de vontade (1); determinação (1); cores (1); paciência (1).

aprendizagem, ensino e alfabetização, o que pode se configurar como perspectivas que se aproximam de escolarização precoce das crianças. Por outra perspectiva, “aprendizado” e “criança”, como os mais citados, pode nos induzir à ideia de que as estudantes têm como concepções uma Educação Infantil que tenham propostas pedagógicas direcionadas às crianças, que promovam aprendizagens que sejam significativas para essa faixa etária e que seja, também, permeada pelo brincar, já que este foi citado 05 vezes uma vez são as crianças o assunto central da pesquisa. Essa perspectiva seria um aspecto positivo, pois estariam considerando as especificidades da faixa etária e da fase que denominamos infância, no qual o brincar integraria as práticas pedagógicas.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) a brincadeira é fundamental, pois por meio dela as crianças vivenciam os diferentes papéis e, conseqüentemente, aprendem mais sobre a relação entre as pessoas, sobre si e sobre o outro. O brincar é um momento que as possibilidades de explorar o meio social, físico e/ou natural aumentam, ao mesmo tempo em que a criança desenvolve habilidades e constrói seu conhecimento. O documento pontua que:

A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. (BRASIL, 1998, p. 27).

Nesse sentido, e acompanhando a palavra ‘brincar’, vieram as palavras “ensinar” e “alfabetização” que também foram citadas 5 vezes e “escola” (3 vezes) reportando talvez às concepções ligadas a uma Educação Infantil que visa preparação para o Ensino Fundamental.

A concepção de Educação Infantil enquanto preparação para o Ensino Fundamental difere da legislação da Educação Infantil, como Sonia Kramer (2006) salienta que desde a década de 1980, o papel da Educação Infantil não é de compensar carências das crianças ou prepará-las para que não sofram fracasso escolar no início do Ensino Fundamental. Não se deve ter em mente uma antecipação da “escolarização formal”, ao mesmo tempo que devemos considerar que estar na pré-escola proporciona contribuições importantes que podem auxiliar na capacidade de aprendizagens nos anos iniciais, mas jamais este será o seu

objetivo. A autora afirma que a Educação Infantil, quando de qualidade, favorece o desenvolvimento infantil e a aquisição de conhecimentos, e isto pode ser uma contribuição relevante para a trajetória escolar das crianças.

No questionário, logo após a questão sobre quais palavras as colaboradoras associavam a expressão Educação Infantil, havia a pergunta: o que você entende pela expressão Educação Infantil? Em geral as respostas apresentaram distanciamento sobre os atuais objetivos da Educação Infantil preconizado pela legislação e atos normativos, caracterizando estes espaços como transmissor de aprendizagens e, em algumas vezes, apresentaram concepções de antecipação ou preparação para as etapas subsequentes a Educação Infantil.

A discente Ana Luz⁷ respondeu que “Educação Infantil é apresentar à criança ao saber, o conhecimento e, principalmente, buscar!” (sic). Ao observar a resposta da estudante, é possível pensarmos que talvez conceba a criança como um ser que não constrói conhecimentos por si só, mas que terá acesso ao saber, ao conhecimento, frequentando a educação infantil. Talvez esta ideia esteja marcada pelas concepções de criança como folha em branco ou tábula rasa.

Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998), a criança é um sujeito que pensa e sente o mundo de um jeito que lhe é próprio, sendo capaz de construir o conhecimento na interação com o meio e com as outras pessoas de forma ativa. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ao conceituar, currículo enfatiza que as crianças, mesmo sendo muito pequenas, chegam às instituições com saberes e experiências e, as práticas pedagógicas devem ter como objetivos articular esse repertório que elas já possuem com os conhecimentos “que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 05 anos de idade” (BRASIL, 2010. p. 12).

Duas outras estudantes também deram respostas que se aproximavam de experiências que, geralmente, estão previstas para o Ensino Fundamental. Elas responderam (sic): “eu entendo que é algo importante, pois é o começo da aprendizagem na vida da criança, como leitura, contas e outros” (Ana Julia), “Entendo que é uma responsabilidade de um ser a ensinar outro no início da vida” (Jandira). As concepções apresentadas se aproximam de uma escolarização

⁷ Nome fictício escolhido pela participante.

precoce ao citar “contas e outros” e “ensinar outro”. Documentos oficiais, como o RCNEI (BRASIL, 1998), atos normativos como as DCNEI (BRASIL, 2010) e pesquisadoras (CAMPOS, 2010, KRAMER, 2006) indicam que estes espaços auxiliam as crianças nas suas aprendizagens, propondo uma Educação Infantil em que elas se desenvolvam, que construam conhecimentos e autonomia, além de valores como a cooperação, mas em nenhum momento especificam que nesse segmento haverá o ensino de conteúdos.

Outra participante justificou dizendo que “são os primeiros passos na alfabetização das crianças” (Rayane). Ao abordar sobre a alfabetização, há o risco desse conceito de Educação Infantil também se aproximar da escolarização precoce das crianças, pois ela não cita outro aspecto que atualmente é considerado indissociável a este processo, que é o letramento. Nas sociedades letradas, as crianças, desde os primeiros meses, estão em constante contato com a linguagem escrita, manuseando livros, revistas, panfletos, olhando ilustrações, observando as letras, passando as páginas, etc.. Portanto, sua inserção no mundo letrado acontece muitos antes da criança pegar em um lápis para escrever palavras, pois os pequenos participam de tal prática em múltiplas circunstâncias, seja com a família, em passeios em seu cotidiano ou nas instituições educacionais. Na Educação Infantil, esse processo precisa ser contextualizado, por meio de situações diversificadas e no contato com materiais escritos em lugares diversos e de variadas formas (BRASIL, 1998).

A estudante Karoline respondeu que Educação Infantil “é ensinar uma criança a conhecer o mundo, é fazer a criança ter princípios com muito amor”. É bem possível que a primeira parte da sua resposta tenha elementos muito semelhantes aos das respostas já anunciadas anteriormente, mas a segunda parte nos chamou a atenção. Podemos associar este segmento da resposta ou a palavra amor à tendência pedagógica romântica, na qual se compreende a Educação Infantil como jardim, um jardim da infância e, as crianças, como plantinhas ou sementes que serão regadas pelos professores, as jardineiras, para florirem. Nessa perspectiva, é como se a criança absorvesse todos os estímulos do meio em que se encontra e não construísse suas aprendizagens a partir das interações que estabelece. Sonia Kramer (2006, p. 28) ressalta que as propostas românticas “deixam de considerar os aspectos sociais e culturais que interferem tanto nas crianças, quanto nas professoras, como ainda, na própria pré-escola”.

Apenas duas pessoas apontaram um conceito de Educação Infantil que, possivelmente, se aproxima da concepção contida nas legislações e normativas que a definem como a primeira etapa da Educação Básica. Escreveram de maneira sucinta, apontando: “Seria o primeiro passo da educação.” (Augusto) e “Educação Infantil para mim são os anos iniciais da criança na escola como creche, pré e anos iniciais de ensino fundamental” (Eduarda). Nessa última, é possível identificar que a participante considera creches e pré-escola como parte da Educação Infantil, mas acaba cometendo um pequeno equívoco se analisarmos pela perspectiva da legislação, pois inclui o início do Ensino Fundamental na primeira etapa da Educação Básica.

Em outra resposta, a estudante Isabella descreve que “é a primeira educação que recebemos, a educação que nos prepara para receber as demais”. É possível identificar uma concepção de preparação, algo que já foi adotado como função do segmento educativo pré-escola, na trajetória da Educação Infantil. Essas ideias ainda permeiam os modos de pensar de pessoas e, possivelmente, as concepções dessa estudante. Kramer (2006) aponta que é comum encontrar nas pré-escolas professores que adotam práticas pedagógicas de “preparação” baseados em atividades “prontas” de treinamento, acreditando que assim as crianças irão desenvolver o seu processo de alfabetização mais rápido e estarão preparados para adentrar as séries iniciais do ensino fundamental. De acordo com a autora, as práticas pedagógicas da pré-escola devem se alicerçar em propostas pedagógicas que tenham a seguinte preocupação:

[...] oferecer às crianças um ambiente que propicie a cada uma – e ao grupo como um todo – a manifestação e ampliação de seus interesses e conhecimentos. As atividades e situações propostas têm, portanto, o objetivo último de favorecer a exploração, a descoberta e a construção de noções, ou seja, o desenvolvimento e o maior conhecimento do mundo físico e social (da língua, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais), eixos básicos da função pedagógica da pré-escola. (KRAMER, 2006, p. 21)

Outro questionamento realizado foi se as crianças devem frequentar a pré-escola. Em geral, as colaboradoras consideraram crucial para a formação da criança a frequência a estes ambientes educativos, embora ainda demonstrem confusões e relacionem Educação Infantil com Ensino Fundamental. As respostas variaram:

Importante para formação da criança. (Alice)

É fundamental para o desempenho físico e motor da criança, onde ela sai com uma visão melhor de como é uma escola. (Laika)
 Para que as crianças estejam mais preparadas para a jornada estudantil e o conhecimento. (Eduarda)
 Devem frequentar pelo fato de começar o primeiro ano já com uma base (Olívia)
 Porque seria uma preparação o início da alfabetização. (Augusto)
 É aonde a criança têm a base do aprendizado. (Maria Luiza)

Segundo Corsino e Nunes (2009), a Educação Infantil tem sido vista como um espaço que promove a socialização, a troca, a ampliação de experiências, de conhecimentos e se torna necessária na sociedade contemporânea. Ainda em relação às justificativas que enfatizam que frequentar estes ambientes é importante para “preparar” as crianças para os anos iniciais do Ensino Fundamental, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil deixam claro que:

[...] a frequência na educação infantil não é pré-requisito para a matrícula no ensino fundamental. (BRASIL, 2009, p. 15)
 Na transição para o ensino fundamental a propostas pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, **sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no ensino fundamental**. (BRASIL, 2010, p. 30 – grifos nossos)

A estudante Maria B descreve que: “É bom frequentar, mas muitos não têm essa oportunidade”. Possivelmente, a resposta da estudante se refere a uma realidade que existe em muitas localidades em nosso país e está presente há muitos anos na cidade de Dourados- MS, local onde se passa essa pesquisa, na qual a rede municipal não cria vagas suficientes para atender a demanda. Assim, as famílias que optam pela matrícula e frequência de seus filhos à Educação Infantil, em especial, nas creches, muitas vezes tem seu direito à educação negado. A Constituição Federal em seu artigo 208 impõe: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...], IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988)

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069 de 1990) e a LDB em seus artigos 54º, 4º e 53º reforçam que o Estado tem o dever de ofertar de forma gratuita e universal a Educação Infantil e que frequentar estas instituições é um direito de toda a criança, não podendo restringir sua matrícula. Mas a falta de vagas na Educação Infantil nesta localidade tem se tornado um dos grandes problemas para que sua universalização se concretize.

É importante destacar a preocupação que Sanches (2010) demonstra ao relatar sobre as repartições de responsabilidade dos entes federados: o município fica responsável em ofertar a Educação Infantil, porém um pequeno equívoco foi cometido visto que, os municípios são os que menos arrecadam verbas, se comparados à União e aos Estados. Sabe-se ainda que muitas cidades são pequenas e não arrecadam verbas suficientes e mesmo com os repasses realizados pelo governo federal, encontram dificuldades financeiras para ofertar uma Educação Infantil de qualidade. Então, fica a dúvida, será que sozinhos os municípios dariam conta de oferta vagas para atender a demanda de sua localidade? Será que o princípio de colaboração entre os diferentes poderes conseguiria oferecer a todos uma educação de qualidade?

A resposta da estudante Amélia nos chama muito atenção, pois é a única que ao ser questionada se as crianças deveriam frequentar a pré-escola, responde: “na minha opinião não, pois atualmente não existe professores capazes e qualificados para isso”. Talvez a afirmação exprima que, em suas vivências, por algum motivo, a estudante não teve boas experiências com as profissionais que atuam nas instituições que oferecem atendimento a criança de 0 a 05 anos e, ainda demonstra uma das realidades da Educação Infantil, a falta de profissionais que tenham formação específica de qualidade para trabalhar na educação de crianças dessa faixa etária.

A ausência de profissionais qualificados acaba perpetuando em muitas instituições práticas pedagógicas que não enxergam as crianças como sujeitos que “constroem sua identidade pessoal e coletiva, que brincam, imaginam, fantasiam, desejam, aprendem, observam, experimentam, narram, questionam e constroem conhecimentos sobre a natureza e a sociedade” (BRASIL, 2009, p. 12). Sem formação específica para a docência na Educação Infantil, há uma grande possibilidade de serem adotadas práticas que desconsiderem as singularidades da criança e da infância no âmbito educacional.

Uma outra questão feita às colaboradoras do estudo foi sobre qual a idade que elas acreditam que as crianças devem começar a frequentar a Educação Infantil e o porquê? A maioria respondeu que a melhor idade para ingressar na Educação Infantil é a partir dos 03 ou 04 anos, como podemos visualizar nas explicações:

Com 03 para 04 anos, porque antes ela não tem como distinguir alguns ensinamentos. (Cris)

Com 03 anos. Acho fundamental a criança ter um maior contato com a mãe nessa idade, acho que judia muito da criança ser deixada ainda tão nova na creche. (Isabella)

04 anos, porque é onde começou a se desenvolver. (Jandira)

Com quatro anos, porque essa é a idade em que elas são curiosas e aprendem com mais facilidade. (Jess)

Com 03 anos pois é na idade em que a criança começa a entender as coisas. (Karoline)

04 anos, porque são crianças que precisam fazer trocas de conhecimentos nessa idade, onde começam ver o mundo colorido. (Laika)

Percebemos que as justificativas apresentadas pelas estudantes levam em consideração o desejo do adulto, uma vez que é ele decide quando a criança esta “preparada” ou “não” para entrar na Educação Infantil. Algumas respostas dão a entender ainda que o sujeito ‘criança’ só existe a partir das idades de 03 ou 04 anos, antes disso ainda são seres que não aprendem, não veem, não sentem, não desejam, adotando uma perspectiva “adultocêntrica”, na qual apenas o adulto tem o saber e somente estes podem decidir as regras para as crianças. Um grande desafio para o curso de Pedagogia é desmitificar essas concepções que não contribui para a construção de uma educação infantil de qualidade. É importante destacar que é necessário que se desconstrua esta visão “adultocêntrica” nos espaços de Educação Infantil, pois estes ambientes devem ser concebidos como lugares que garantam a especificidade da infância, lugares estes em que os pequenos sejam vistos como um ser que age e pensa, e que sejam respeitadas as suas vontades e seus desejos. O RCNEI (BRASIL, 1998) destaca que:

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissionais. (p. 22)

Para que os projetos educativos das instituições possam, de fato, representar esse diálogo e debate constante, é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares **e das crianças**, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis. (p. 41, grifos nossos)

Três outras respostas apontam para o ingresso de crianças pequenas ou ainda bebês, pois expressam: “sempre que possível nas creches para se trabalhar a convivência, a socialização. Para quando ela iniciar seus estudos, a escola não seja algo de outro mundo” (Augusto); “Desde o primeiro aninho de vida” (Eduarda); “Desde cedo. Assim a criança aprende sobre sua própria desenvoltura perante a educação” (Geovana). Isto demonstra que para estas pessoas, a Educação Infantil é

considerada importante para a formação da criança desde seus primeiros anos de vida. Sabemos que a legislação brasileira prevê o atendimento muito cedo, mas consideramos que as instituições devem ter qualidade, “pois a primeira infância é considerada como a fase mais crítica do ser humano em relação ao seu desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social” (CORSINO e NUNES, 2009, p. 03).

Se a Educação Infantil ou os ambientes dessas instituições forem adequados, acolhedores, estimulantes, seguros, desafiadores, divertidos e com profissionais com boa formação (inicial e continuada), com certeza serão espaços que permitem que as crianças desenvolvam suas habilidades motoras, afetivas e de relacionamento social. Estes processos acontecem por meio das brincadeiras e das interações entre as crianças, entre criança e adulto e, criança com o meio físico e social, transformando-se em um espaço de relações, experiências e aprendizagens.

4.2 SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA AOS QUATRO ANOS DE IDADE

O último questionamento realizado às colaboradoras foi: “Você concorda com a obrigatoriedade de matrícula aos 04 anos de idade na Educação Infantil? Por que?” Das 26 respostas, 15 pessoas responderam que sim, que concordavam com a obrigatoriedade de matrícula nessa idade e as justificativas foram bem variadas. Sete respostas afirmaram que é importante frequentar a partir dessa idade para favorecer as aprendizagens das crianças, pois segundo algumas respostas:

Sim, pois é uma fase crucial para o aprendizado das crianças, e deveria ser obrigatório, assim como o ensino fundamental e médio. (Alice)

Sim porque é a idade certa, a idade que a criança tem desejo de aprender. (Ana Julia)

Sim, porque eles vão se adaptando à escola e nessa idade elas aprendem rápido. (Jess)

Sim, porque, como havia falado, é um momento no qual a criança tem muita energia e conhecimento para ser trocado e por que não aprender em uma escola, onde vai ser acompanhada com profissionais? (Laika)

Concordo porque as crianças nessa idade aprendem muito rápido, memorizam legal. (Maria B)

Sim, para ter mais facilidade e na aprendizagem. (Maria A)

Sim, é nessa fase que começa as curiosidades e a facilidade do aprender. (Marilei)

Ao observar as repostas das estudantes percebemos que consideram importante a frequência à Educação Infantil, pois nestes ambientes educativos as

crianças podem ter acesso a outros conhecimentos que incrementem aquilo que já sabem e oportunidades de aprendizagens diversas. Há respostas que nos induzem a pensar que as colaboradoras acreditam que aquilo que as crianças aprendem na Educação Infantil contribuirá para o seu desenvolvimento para a entrada no Ensino Fundamental, se tornando ativos e participativos na construção de seus conhecimentos. É fundamental ressaltar que os efeitos de frequentar a pré-escola vão além de bons resultados nas séries seguintes, na medida em que estimula a criança a se desenvolver como ser humano, como ser independente, autônomo, que respeita, convive, deseja, conhece, participa e produz saberes.

A estudante Amanda, ao concordar com a entrada aos 04 anos, justificou da seguinte maneira: “sim, pois elas entram todas com uma mesma idade podendo assim crescer com pessoas que gostam e confiam, no caso os amigos”. Esta resposta nos traz considerações importantes, pois argumenta que a frequência na Educação Infantil contribui no processo de socialização das crianças. Instituições que valorizam as interações entre as crianças se tornam locais nos quais elas partilham experiências, costumes, criam laços afetivos com seus colegas e com os adultos, aprendem a dialogar, a dividir e atuar em grupo, além de conviver com outras culturas e, ao mesmo tempo, continuar a produzir a sua, ou seja, as experienciais de interações na Educação Infantil são ricas em aprendizagens.

Duas pessoas afirmaram que frequentar a escola mais cedo garantiria sua melhor adaptação ao ambiente escolar, ensinando-a a conviver com outras crianças e com os professores, e isso evitaria sofrimentos. Nas respostas, é possível identificar que existe uma tentativa de valorização das experiências proporcionadas pela frequência na Educação Infantil, mas acreditamos que durante a formação será importante trabalhar que esta etapa da Educação Básica não tem como função preparar as crianças para se adaptarem a etapa seguinte, o Ensino Fundamental. O contato com outras pessoas além da família, proporciona grandes aprendizagens às crianças e aprender a conviver em outro ambiente social é fundamental. Observa-se também que o termo ‘adaptação’ pode estar ligado a uma perspectiva de amoldar as crianças para ficarem longos períodos de silêncio e concentração, em suas carteiras sentados quietos e sem movimentos, já que esta é uma visão infelizmente muito presente ao se pensar em uma escola de qualidade, concepção equivocada e errônea que desrespeita as especificidades e as necessidades da criança.

Jandira também concordou e respondeu: “Sim, porque a criança será educada na concepção social de cidadão”. Esta justificativa nos remete ao papel social da educação de garantir que as crianças possam articular as suas experiências e seus saberes com os conhecimentos relacionados aos diversos patrimônios: científico, artístico, cultural, tecnológico e ambiental (BRASIL, 2010). Uma Educação Infantil com práticas adequadas promoverá desenvolvimento integral das crianças e contribuirá sim para a formação de cidadãos capazes de serem participativos, criativos e crítico em suas decisões. Frequentar a Educação Infantil auxilia as crianças na compreensão de seus direitos e deveres e no início de sua caminhada como cidadão elas aprendem a se relacionar com pessoas, aprendem a respeitar diferentes ideias, a serem solidárias, a solucionar as dificuldades e/ou sobre como enfrentá-las coletivamente, além de aprenderem sobre preservação do meio ambiente, entre outros princípios necessários para uma convivência saudável em uma sociedade.

Apenas uma estudante mencionou em sua resposta que a Educação Infantil propicia o desenvolvimento da criança afirmando: “Sim, quanto antes estar na Educação Infantil melhor o seu desenvolvimento.” (Maria Caroline). A expressão desenvolvimento é a que mais se aproxima da concepção contida na LDB (BRASIL, 1996), quando afirma que o objetivo dessa etapa educativa é promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 05 anos de idade. Porém, sabemos que é imprescindível uma educação de qualidade para que as crianças possam realmente ter ganhos em suas aprendizagens e desenvolvimento. Estar presentes nestes ambientes educativos pode possibilitar que as crianças compreendam o ambiente que as cercam, comuniquem-se e interajam com vários atores sociais, se relacionando com diferentes campos de conhecimento, potencializando assim o seu desenvolvimento.

Do total de colaboradoras, 11 pessoas responderam que não concordavam com a matrícula obrigatória da criança aos 04 anos na Educação Infantil e justificaram de maneira diversa.

Algumas colaboradoras justificaram suas respostas afirmando que caberia às famílias decidirem se matriculam ou não as crianças nesta etapa da Educação Básica: “Não, pois os pais, às vezes, podem não querer que o filho comece muito cedo ou a criança ainda não está preparada para esse ambiente.” (Samara), “Não concordo, isso para mim cabe aos pais resolver” (Isabela). Talvez

este seja um argumento interessante, pois sabemos que em muitas cidades brasileiras há escassez de verbas públicas para que se promova uma educação de qualidade, com boas instalações físicas, materiais, equipamentos, professores bem formados e bem remunerados, entre outros. Para exigir obrigatoriedade de matrícula, o Estado deveria garantir qualidade educativa nesse segmento.

Outra resposta aponta que cabe às famílias educar as crianças: “Não, pois isso é dever dos pais ensinarem e passarem coisas proveitosas para seus filhos” (Amélia).

A partir das análises percebemos que várias futuras pedagogas acreditam que as famílias são quem deveriam decidir se matriculam ou não seus filhos. Mas por que as colaboradoras da pesquisa não querem seus filhos na Educação Infantil? Será que o governo trata de forma primordial a educação da primeira infância? Infelizmente a Educação Infantil ainda é inferiorizada por muitos, principalmente por nossos governantes, por se tratar da educação de crianças pequenas. A falta de investimento e a resistência em enxergar as creches e pré-escolas em sua nova concepção (não como um favor, mas como um direito e como um atendimento que precisa ter qualidade) atrapalham a Educação Infantil para que possa ser considerada realmente importante para a construção de aprendizagens significativas para crianças e não uma pedagogia da submissão (KUHLMANN Jr, 2000).

Algumas estudantes justificaram que acham importante esta etapa da educação, porém não deve haver a obrigatoriedade.

Obrigatoriedade não, mas concordo que se matricule sim, para o desenvolvimento dela, sem que seja uma obrigação. (Cris)

Não. Porque acho que os pais que tem obrigação de incentivar as crianças, quando a matrícula passa a ser obrigatória os pais simplesmente irão matricular e mandar a criança para a escola somente por obrigação e não estaria incentivando a criança a estudar. (Eduarda)

Observa-se que o termo ‘obrigatório’ causa espanto às estudantes, adotando a visão de que a obrigatoriedade responsabiliza a instituição como o único segmento social que propiciará o saber, excluindo o papel da comunidade e dos familiares, em especial, os pais, de promover aprendizagens, educação e cuidado. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a Educação Infantil complementar a ação família e da comunidade, devendo estas instâncias estarem articuladas em busca do desenvolvimento da criança. Portanto, o fato de se tornar obrigatória não tira a responsabilidade das famílias de serem orientadores da

educação de seus filhos, as instituições educacionais devem ser vistas como parceiras na ação de educar.

A resposta da estudante Olivia nos chamou a atenção, pois ela justificou que “Não, acredita que é bom começar a educação a obrigação disso. Um exemplo foi minha filha que coloquei numa creche aos 04, mas foi muito difícil, ela não se adaptou”. A justificativa apresentada demonstra um aspecto importante da Educação Infantil, o processo de inserção das crianças, chamados por muito de adaptação. A inserção ou adaptação é um processo pelo qual as crianças passam ao chegar em um ambiente novo, é um momento no qual muitas vezes os pequenos ficam inseguros, ansiosos, aflitos, pois se veem em espaços diferentes do que estavam acostumados e ainda sofrem com a separação de sua família. Segundo o RCNEI (1998), na Educação Infantil a inserção ou adaptação deve ser planejada de maneira que as crianças se sintam confortáveis, acolhidas, seguras no ambiente e pelas pessoas que os cercam. A participação das famílias contribui para este processo, uma vez que possibilita a construção de um vínculo de confiança entre eles e a escola, diminuindo o medo e ansiedade, tanto das crianças quanto dos adultos.

Analisando a maioria das respostas obtidas neste questionamento, observa-se que as discentes que concordam com a obrigatoriedade de matrícula aos 04 anos de idade nos revelam concepções ligadas às mais diversas dimensões que compõem a Educação Infantil, tais como: um lugar de socialização, de experiências, que propicia a ampliação do conhecimento, reconhecendo estas instituições como importante para o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças. As colaboradoras que não concordavam também demonstraram que acreditam nas potencialidades que estes ambientes educativos oferecem para a formação da criança, porém a maioria delas ressalta que caberia à família permitir, decidir sobre a matrícula ou não e não o governo em determinar a sua obrigatoriedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada propôs-se a analisar as concepções sobre Educação Infantil que as discentes possuem ao ingressarem no curso de Pedagogia e sobre a obrigatoriedade de matrícula aos 04 anos de idade.

Analisando as concepções apresentadas por meio das palavras mais citadas a partir da expressão Educação Infantil observa-se que, em linhas gerais, grande parte das estudantes concebe essa etapa educativa como um espaço que estimula as aprendizagens das crianças, uma concepção considerada contemporânea. Isto pode nos levar a pensar que no curso de formação elas necessitam estudar sobre como as crianças aprendem e refletir sobre como organizar práticas pedagógicas que facilitem as aprendizagens, para que, futuramente, possam adotar práticas educativas compatíveis com a faixa etária de atendimento, que respeitem as especificidades das crianças e que propiciem a construção do conhecimento permeadas pelo cuidar e educar.

As brincadeiras também foi um elemento presente nas respostas de algumas colaboradoras, sendo considerada como uma prática que constitui a rotina das crianças nestas instituições.

Algumas respostas ou justificativas de posicionamentos demonstraram confusões acerca das funções da Educação Infantil, identificando esta etapa da educação como uma antecipação da “escolarização formal”, de algo semelhante ao Ensino Fundamental, enraizadas na concepção de preparação. Algumas pesquisadoras, corroborando com Sonia Kramer (2006), salientam que a Educação Infantil favorece o desenvolvimento da criança e na aquisição de conhecimentos, porém ao contrário do que algumas colaboradoras afirmaram, seu objetivo não deve ser de “preparar” as crianças para os anos iniciais, mas, sim, um espaço que propicia situações que levem as crianças a perceberem o mundo que as cercam, descobrindo seus significados e construindo novos conhecimentos.

Verificou-se também uma ambivalência referente à inserção das crianças nestas instituições aos 04 anos de idade, pois, de um lado, a Educação Infantil transpareceu nas respostas das estudantes como importante para a formação da criança, sendo considerada como um ambiente que proporciona aprendizagens e desenvolvimento e, por outro lado, ficou evidente que algumas colaboradoras

acreditam que os adultos, os familiares são quem deveriam decidir se a criança vai ou não para este ambiente, mesmo acreditando nas potencialidades que a instituição pode oferecer para o desenvolvimento infantil.

Alguns desafios enfrentados pela Educação Infantil também foram apresentados pelas colaboradoras como a falta de vagas em creches e pré-escola e de professores qualificados para que adotem práticas educativas que respeitem as singularidades desta etapa de aprendizado. Os dados também indicaram o que outros estudos já têm apontado: a necessidade de desconstruir alguns saberes sobre a Educação Infantil, principalmente de que não é preparatória ou compensatória e que o respeito às especificidades das crianças precisa ser concretizado nestes espaços.

Assim, os resultados da investigação apontaram questões importantes não só para os pesquisadores da área como também para as futuras educadoras que participaram da pesquisa. Identificar os modos de pensar acerca da Educação Infantil nos permitiu refletir sobre quais são as concepções elaboradas pelas estudantes a partir de suas vivências, experiências e reflexões em relação à primeira etapa de educação. Ao mesmo tempo, possibilita que na formação inicial das discentes alguns conceitos naturalizados em nossa sociedade sobre educação, infância, currículo e saber sejam analisados e, por vezes, repensados ou revisados, para que futuramente essas pedagogas planejem e executem práticas pedagógicas que atendam às especificidades da educação de crianças de 0 a 05 anos de idade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.**

BRASIL. **Emenda constitucional n.º 59**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 13 de abr. 2015.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA - SP, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Federal nº 9.395, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.700**, de 13 de junho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm. Acesso em: 20 de junho 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília – DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.** Volume I. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de educação.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 de Junh. 2016.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Educação Infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: ARTMED, 2001. p. 13 – 26.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. In: **Revista Brasil Enfermagem.** Brasília, 2004. 4p.

CAMPOS, Maria Malta. A Educação Infantil como direito. In: Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Insumos para o debate 2 – Emenda Constitucional n.º 59, de 2009 e a Educação Infantil: impactos e perspectivas.** São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito a Educação, 2010. P. 08 - 13.

CAMPOS, Maria Malta; BHERING, Eliane Bahia; ESPOSITO, Yara; Et al. A contribuição da Educação Infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. In: **Educação e pesquisa**, v. 37, n. 1, 220p. 2011. São Paulo: FE/USP.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO, Patrícia (org.). **Educação Infantil: cotidiano e políticas.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009. P. 03-49.

CORSINO, Patrícia; KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na Educação Infantil e no ensino fundamental. In: **Revista Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 37. n. 1, p.69-85, jan/abr.2011.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil**. São Paulo: Ática, 2006.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da Educação Infantil Brasileira. In: **Revista Brasileira de Educação**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nº 14, p. 5-18, Mai/Jun/Jul/Ago. 2000.

KUHLMANN Jr, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIMA, Carmem Lucia de Sousa; LIMA, Maria Carmem Bezerra. As políticas de atendimento na Educação Infantil: uma análise do acesso à creche e à pré-escola em municípios piauienses no contexto de implantação da Emenda Constitucional 59/2009. In: **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. São Luiz - Maranhão: UFMA, 2015. 12 p.

MELO, Giliane Batista. **Criança e infância: concepções de estudantes do primeiro ano do curso de pedagogia da UEMS-Dourados/MS**. Dourados. Pedagogia. 19p. Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; GOUVEA, Maria Cristina Soares; CASTANHEIRA, Maria Lucia. A passagem da Educação Infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. In: **Revista Educação e pesquisa**. São Paulo, V. 37, n. 1, p. 121-140, jan/abr.2011.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. In: **Revista HISTEDBR**, n.33, p. 78-95, mar. 2009.

SANCHES, Carlos Eduardo. Desafios do poder público municipal na garantia do acesso à pré-escola e na ampliação do acesso à creche na perspectiva da Emenda Constitucional n.º 59/2009. In: Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Insumos para o debate 2 – Emenda Constitucional n.º 59, de 2009 e a Educação Infantil: impactos e perspectivas**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito a Educação, 2010. p. 36 - 42.

VIEIRA, Maria Fraga. Obrigatoriedade escolar na Educação Infantil. In: **Revista Retratos da Escola**. Brasília, V.5, n.9, p.245-262, jul/dez.2011.

7 APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Acreditamos que sua participação será de grande relevância nesta pesquisa. Contamos com sua colaboração, compartilhando conosco algumas informações que certamente contribuirão nos encaminhamentos deste estudo.

Nome (opcional): _____

Por favor, indique um nome fictício, pelo qual você gostaria de ser nomeado no relatório de pesquisa (acredito que isso é interessante para que você possa ler e se identificar na leitura do texto). Nome fictício: _____

Idade: _____ Sexo: Feminino () Masculino ()

Possui filhos? () Não () Sim. Se sim, quantos? E com qual idade?

Já possui outro curso de graduação: () Não () Sim, qual? _____

Escolaridade anterior: frequentou creche ou pré-escola? () Não () Sim. Se sim, qual idade você tinha quando foi matriculado e por quanto tempo frequentou?

Cursou o Ensino Fundamental em escola () pública () privada () parte em um e parte em outra.

Instituição que cursou o Ensino Médio: () pública () privada () parte em um e parte em outra.

Já trabalhou ou trabalha na educação: _____ Qual função?
_____ Tempo total de atuação na educação: _____

Atuou ou atua na Educação Infantil? () Não () Sim. Tempo de Atuação na Educação Infantil? _____ Turma com a qual trabalhou ou trabalha

Outra informação que queira registrar: _____

1) Ao pensar no termo educação infantil, quais são as três primeiras palavras que lhe vem à cabeça ou que você associa a esta expressão?

2) O que você entende pelo termo Educação Infantil?

3) No seu entender, o que é uma creche?

4.1- E as crianças devem frequentá-las? () Sim. () Não.

Justifique, por favor: _____

4) No seu entender, o que é uma pré-escola?

5.1 - E as crianças devem frequentá-las? () Não () Sim

Justifique: _____

5.2 – Do seu ponto de vista, com qual idade as crianças devem começar a frequentar a Educação Infantil? E por quê?

5) Você concorda com a obrigatoriedade de matrícula aos 04 anos de idade na Educação Infantil? Por quê?

Caso queira acrescentar algo, fique à vontade. (se necessário, use o verso dessa folha para complementações)

AGRADEÇEMOS A SUA PARTICIPAÇÃO.